

NOTA TÉCNICA

ADOLESCENTES EM CONFLITO
COM A LEI EM GOIÁS:
atos infracionais, vitimização
e perfil socioeconômico.

Responsáveis Técnicos

Ricardo Barbosa de Lima

Dijaci David de Oliveira

Dione Antonio de Carvalho de Souza Santibanez

Joice Duarte Batista Lobo

Tarihan Chaveiro Martins

Revisão Técnica

Márcia Araújo

Revisão Gráfica

Tarihan Chaveiro Martins

Apresentação

Essa nota técnica apresenta três achados em relação a situação real vivida pelas crianças e adolescentes no Estado de Goiás. A primeira é que esse grupo etário é vítima e não agente da violência criminalizada (homicídios): Goiânia mata mais adolescentes do que São Paulo e Rio de Janeiro. Os atos infracionais praticados por esses jovens são majoritariamente pequenos delitos contra patrimônio e não contra a vida. E, por fim, o perfil socioeconômico das crianças e adolescentes que estão cumprindo medidas socioeducativas sempre aponta para o mesmo segmento social: não-branco, de baixa renda, excluído do sistema de ensino e sem acesso a cursos profissionalizantes

Incidência de atos infracionais

O Estado de Goiás e a cidade de Goiânia não são exceções ao cenário nacional, em que a participação de adolescentes nos crimes registrados é menor que a de adultos. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2014), o Brasil registrou aproximadamente 50 mil homicídios em 2013. Segundo o mesmo documento, deste total, 1.963 foram praticados por pessoas com menos de 18 anos de idade. Os atos infracionais registrados em Goiânia, no curso dessa tendência nacional, em sua maioria, não são violentos; concentrando-se, principalmente, em delitos contra patrimônio. Entre eles, destacam-se roubos, furtos e receptações, que somados, chegaram a 36,3% no ano de 2013.

O levantamento realizado pelo Núcleo de Estudos da Violência e da Criminalidade (Necrivi), da Universidade Federal de Goiás (UFG), permite a leitura da incidência de atos infracionais em Goiânia, considerando mais do que o tipo e a porcentagem em que ocorrem. Esse mapeamento possibilita a análise pelo meio em que é aplicada a medida socioeducativa correspondente – se fechado, com restrição de liberdade, ou aberto, com prestação de serviço à comunidade ou liberdade assistida. Os índices podem ser lidos por agrupamento, que aglutinam tipos específicos de infração, constituindo categorias que separam os atos infracionais cometidos:

- 1) contra patrimônio; 2) contra pessoas; 3) envolvimento

com drogas, que pode ser tráfico, porte ou consumo; 4) outros.

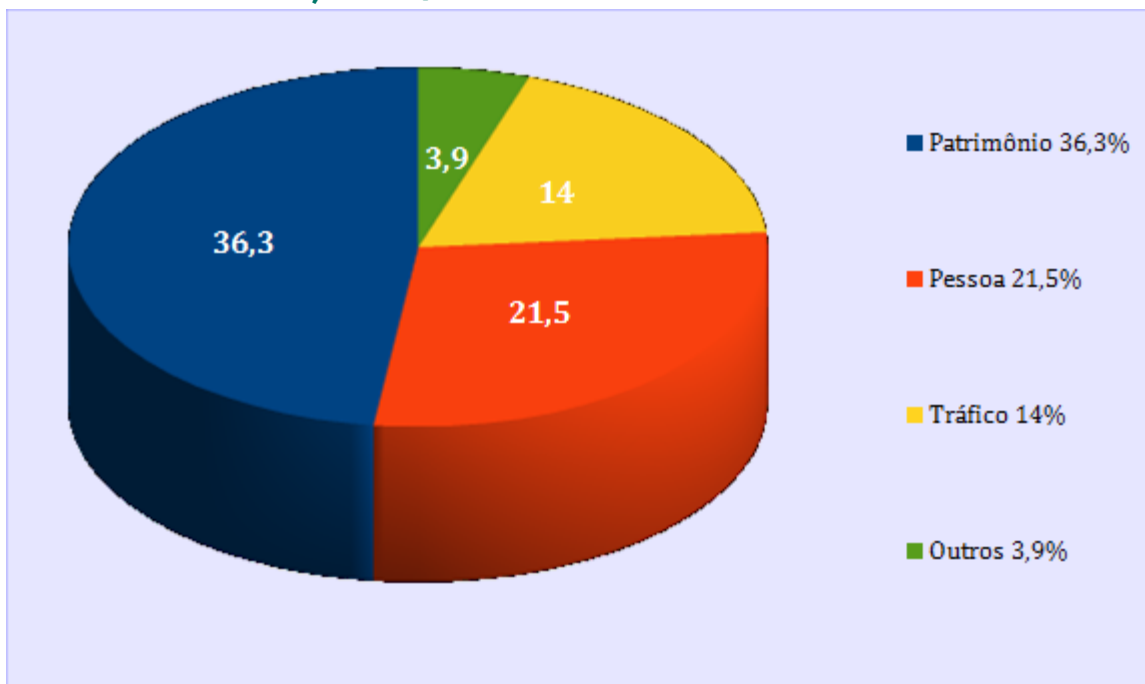
Considerando adolescentes em unidades de internação e nos centros de referência especializados de assistência social, os delitos praticados contra o patrimônio compõem a maioria, com 67,7% e 66,4% respectivamente. Esse percentual é superior aos atos infracionais cometidos contra a pessoa que, no meio fechado, somaram 21,5% do total. No meio aberto, esses tipos de atos infracionais representam apenas 4,2% das infrações. É importante frisar que esses números não fazem referência a atos infracionais praticados no ano de 2013. Trata-se, antes, dos delitos cometidos por adolescentes que estavam cumprindo medida socioeducativa em 2013. Assim, esses mesmos delitos podem ter sido praticados em anos anteriores

TABELA 1. ATOS INFRACIONAIS EM GOIÂNIA NO ANO DE 2013.

Ato Infracional	Porcentagem
Roubo	19,7%
Dirigir sem CNH	11,4%
Furto	9,8%
Porte de drogas	8%
Receptação	6,8%
Tráfico de drogas	6%
Estupro	2%
Homicídio	0,8%
Tentativa de Homicídio	0,7%
Latrocínio	0,2%
Outros	34,4%

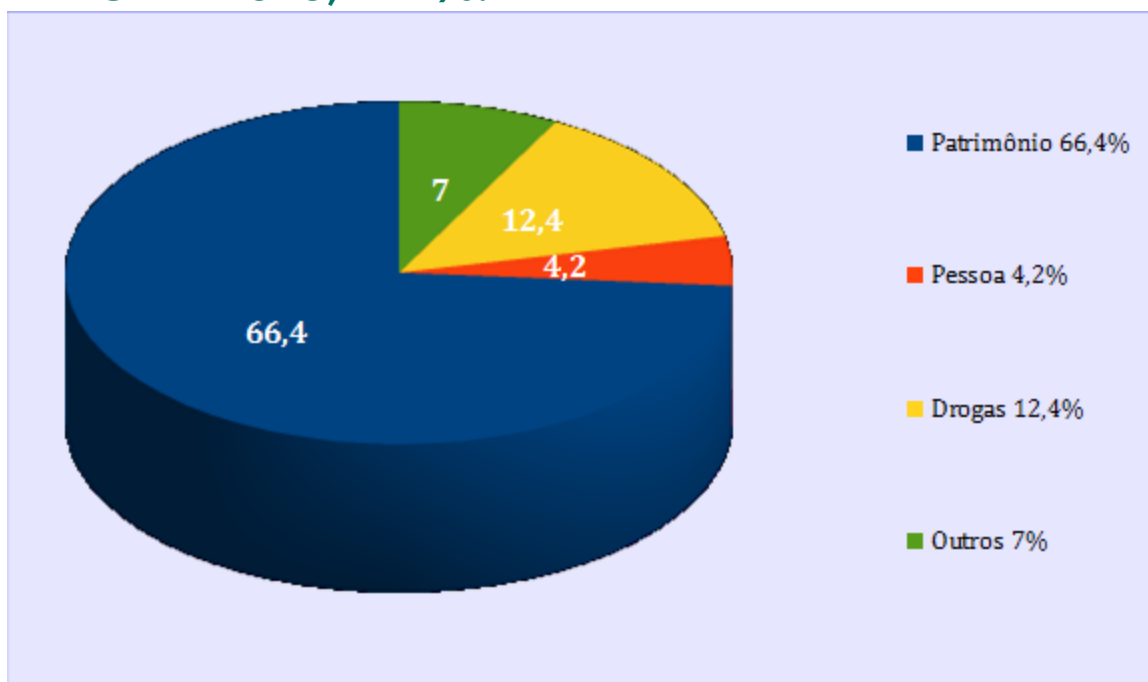
Fonte: Delegacia de Polícia de Apuração de Atos Infracionais de Goiânia, 2013. Elaboração: Necrivi.

GRÁFICO 1. TIPO DE INFRAÇÃO NO MEIO FECHADO, NO ANO DE 2013, EM %



Fonte: Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo. 2013
Elaboração: Necrivi.

GRÁFICO 2. TIPOS DE INFRAÇÃO NO MEIO ABERTO NO ANO DE 2013, EM %.



Fonte: Registros da Divisão de Medidas Socioeducativas.
Elaboração: Necrivi.

Vitimização de adolescentes

Nas últimas décadas, elevou-se o número de adolescentes mortos no Brasil. Dentre os motivos para essa elevação, o homicídio figura como a principal causa de mortalidade entre pessoas de 12 a 18 anos de idade. O quadro acima mostra a evolução do Índice de Homicídios de Adolescentes (IHA) no país, indicando que houve um aumento da taxa nas cinco regiões brasileiras, forçado principalmente, pelas regiões Nordeste e Centro-Oeste.

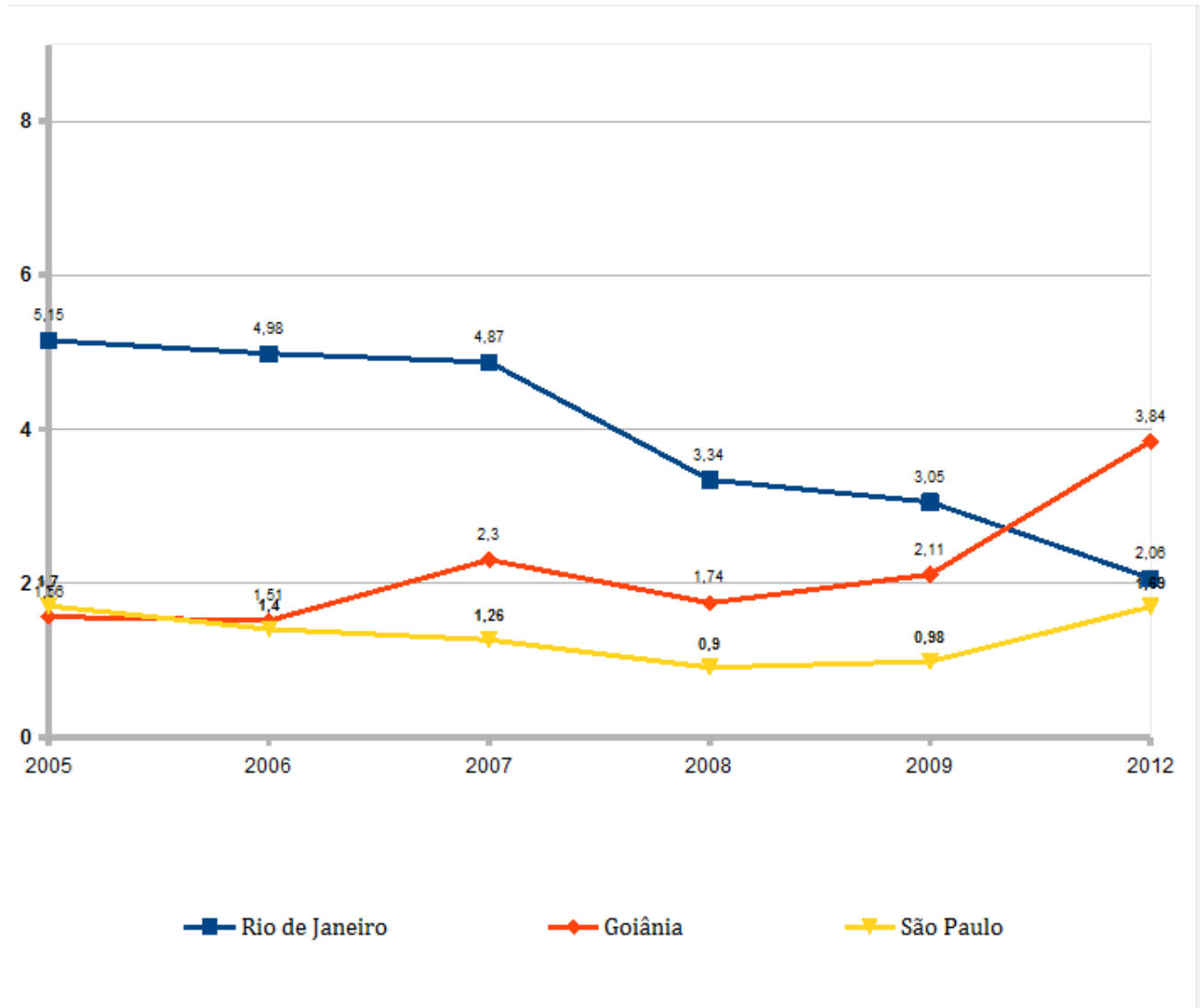
Ao considerarmos o IHA por Unidade da Federação, percebemos que o Estado de Goiás salta da 16ª para a 7ª posição entre os estados com os maiores índices de morte de adolescentes por homicídios. Em Goiânia, o salto é ainda maior, posto que a capital do estado saiu da 21ª para a 10ª entre as

capitais que mais matam adolescentes. Assim, enquanto cidades como Rio de Janeiro conseguem a diminuição desses índices, Goiânia segue uma tendência oposta, apresentando o aumento que a coloca à frente da capital fluminense no IHA. Além disso, a capital goiana, desde 2006, revela índices de homicídios superiores à cidade de São Paulo.

É importante salientar que os indicadores divulgados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2014) mostram que adolescentes, ao contrário do que é amplamente percebido pela sociedade, não são os maiores autores de crimes contra a vida. Segundo esse relatório, dos quase 50 mil homicídios praticados, adolescentes foram responsáveis 1.963, que representa 4,5% do total, aproximadamente.

Na contramão dessa tendência, adolescentes estão entre as principais vítimas de homicídios no país. De acordo com o relatório Homicídios na Adolescência no Brasil IHA (2008), nessa parcela da população, os assassinatos correspondem a 44% das mortes, superando as naturais, que representam 30%. Quando se considera a população total, as mortes naturais abrangem 87% dos casos, enquanto os homicídios abarcam 6%.

GRÁFICO 3. COMPARAÇÃO IHA GOIÂNIA, SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO, DE 2005 A 2012.



Fonte: Homicídios na Adolescência no Brasil, IHA 2008, IHA 2009-2010 e IHA-2012.

Elaboração: Nocrivi.

TABELA 2. VITIMIZAÇÃO DE ADOLESCENTES POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO, CONSIDERANDO IHA.

UF	2009		2012	
	IHA	Posição	IHA	Posição
BAHIA	6,76	1º	8,59	2º
ESPÍRITO SANTO	6,36	2º	7,15	4º
ALAGOAS	5,82	3º	8,82	1º
PARAÍBA	4,75	4º	6,04	5º
PERNAMBUCO	4,31	5º	3,60	10º
PARÁ	3,92	6º	4,55	8º
RONDÔNIA	3,87	7º	2,36	20º
RIO GRANDE DO NORTE	3,50	8º	5,80	6º
PARANÁ	3,41	9º	3,12	15º
DISTRITO FEDERAL	3,16	10º	3,76	9º
CEARÁ	3,03	11º	7,74	3º
RIO DE JANEIRO	2,97	12º	2,71	17º
MATO GROSSO DO SUL	2,74	13º	1,91	21º
MATO GROSSO	2,67	14º	2,98	16º
MINAS GERAIS	2,65	15º	3,52	12º
GOIÁS	2,55	16º	4,82	7º
AMAZONAS	2,53	17º	3,30	14º
AMAPÁ	2,41	18º	3,32	13º
RIO GRANDE DO SUL	2,02	19º	2,51	18º
SERGIPE	1,99	20º	3,58	11º
RORAIMA	1,81	21º	1,80	23º
MARANHÃO	1,68	22º	2,42	19º
PIAUÍ	1,33	23º	2,26	21º
SANTA CATARINA	1,10	24º	1,14	27º
ACRE	0,98	25º	1,22	26º
TOCANTINS	0,92	26º	1,43	24º
SÃO PAULO	0,88	27º	1,29	25º

Fonte: Homicídios na Adolescência no Brasil, IHA-2012; e, IHA 2009-2010.

Elaboração: Necrivi.

TABELA 3. VITIMIZAÇÃO DE ADOLESCENTES POR CAPITAIS, CONSIDERANDO IHA.

UF	2009		2012	
	IHA	Posição	IHA	Posição
SALVADOR	7,50	1º	8,32	3º
VITÓRIA	6,59	2º	5,20	7º
MACEIÓ	6,42	3º	9,37	2º
JOÃO PESSOA	5,50	4º	6,49	4º
RECIFE	4,87	5º	3,74	12º
BELÉM	4,55	6º	5,84	5º
PORTO VELHO	4,49	7º	3,11	15º
BELO HORIZONTE	3,66	8º	4,12	8º
FORTALEZA	3,50	9º	9,92	1º
NATAL	3,48	10º	5,35	6º
CURITIBA	3,38	11º	2,23	20º
PORTO ALEGRE	3,24	12º	3,92	9º
BRASÍLIA	3,16	13º	3,76	11º
RIO DE JANEIRO	3,05	14º	2,06	21º
CUIABÁ	3,01	15º	2,74	18º
MANAUS	2,64	16º	3,48	13º
CAMPO GRANDE	2,43	17º	1,10	26º
FLORIANÓPOLIS	2,39	18º	1,38	24º
MACAPÁ	2,35	19º	3,15	14º
ARACAJU	2,13	20º	2,87	16º
GOIÂNIA	2,11	21º	3,84	10º
SÃO LUÍS	1,86	22º	2,79	17º
BOA VISTA	1,81	23º	1,80	22º
TERESINA	1,57	24º	2,69	19º
RIO BRANCO	0,98	25º	1,22	25º
SÃO PAULO	0,98	26º	1,69	23º
PALMAS	0,21	27º	1,03	27º

Fonte: Homicídios na Adolescência no Brasil, IHA-2012; e, IHA 2009-2010.

Elaboração: Necrivi

TABELA 4. VITIMIZAÇÃO DE ADOLESCENTES POR REGIÃO, CONSIDERANDO IHA.

	2009	2012
Nordeste	4,28	5,97
Centro-Oeste	2,77	3,74
Norte	3,08	3,52
Sul	2,41	2,44
Sudeste	1,88	2,25

Fonte: Homicídios na Adolescência no Brasil, IHA-2012; e, IHA 2009-2010.

Elaboração: Nocrivi.

Perfil socioeconômico de adolescentes

A fim de compreender melhor o adolescente em conflito com a lei, faz-se necessário o desvelamento de vários aspectos dos segmentos da sociedade, tais como, trabalho, desigualdade social, educação, saúde e família. A família, em especial, pode ser pensada como unidade doméstica que assegura as condições necessárias à sobrevivência material e social. A situação socioeconômica dos adolescentes atendidos nos CREAS de Goiânia revela que, no ano de 2012, 55,2% dos adolescentes estavam fora da escola e este índice subiu 14,6% no ano seguinte. Em 2013, 69,8% não frequentavam escola. O mesmo ocorre nos cursos profissionalizantes, 94,8% dos adolescentes não frequentavam cursos profissionalizantes no ano de 2012 e 94,9% em 2013. Diante de um quadro assim, fica

impossível pensar a inserção no mercado de trabalho como jovem aprendiz.

Os dados mostram que as famílias atendidas pelos CREAS que recebiam mais de 5 salários-mínimos em 2012, representavam apenas 8,7% do total. Em 2013 este percentual caiu para 1,7%. As famílias que recebiam de 4 a 5 salários de 2012 para 2013 passaram de 10,7% para 12,7% respectivamente. O destaque se dá na faixa de renda entre 2 a 3 salários-mínimos, que passou de 48,8% em 2012 para 62,5% em 2013, um acréscimo de 13,7% de famílias de baixa renda com adolescentes em cumprimento de medidas no meio aberto. Por outro lado, houve uma queda do número de famílias de baixíssima renda, que recebem apenas um salário-mínimo, de 31,8% em 2012 para 23,1% em 2013. Ao observarmos os dados, podemos

inferir que o sistema atende adolescentes de famílias em situação de vulnerabilidade econômica. 81% delas, no ano de 2012, tinham renda de até três salários-mínimos; sendo que, em 2013, essa porcentagem cresceu para 86%. A cor da criança e a renda definem o tipo majoritário daqueles que estão cumprindo medidas socioeducativas. São pardos e pretos (75,9%) e de família de até 3 salários-mínimos (85,6%).

Em contrapartida, o número de adolescentes e familiares que se tornaram beneficiários de programas sociais é significativamente baixo. No ano de 2012, eram 58 famílias e no ano de 2013 foram 52 beneficiadas. O benefício de maior abrangência é o programa federal Bolsa Família, que auxiliou 40 grupos familiares. O Benefício de Prestação Continuada – BPC atendeu apenas três famílias. Assim, a porcentagem de adolescentes com renda familiar de até um salário-mínimo beneficiada por programas sociais era de 37,6%

em 2012. No ano de 2013, contudo, houve relevante aumento do número de famílias beneficiadas nessa faixa de renda, tendo a porcentagem saltado para 75,3%. A porcentagem de adolescentes beneficiados, considerando todas as faixas de renda, manteve-se baixa; correspondendo a 6,9% em 2012 e 6,4% em 2013. Isso pode ser mais bem compreendido quando consideramos a porcentagem de adolescentes com renda familiar de até um salário-mínimo que estavam excluídos de programas sociais. Em 2012 correspondiam a 62,4%; e em 2013 a 24,7%. Nota-se que este problema sofreu algum tipo de intervenção institucional que possibilitou a diminuição de potenciais beneficiários que não eram atendidos. De toda forma, ao recordarmos que se trata de famílias em situação de pobreza extrema, podemos considerar preocupantes quase 25% não serem contemplados com auxílio governamental.

Os números revelam que, apesar de a maioria dos/as adolescentes serem majoritariamente de uma cor/raça, de famílias de baixa renda, poucos são beneficiados/as por programas sociais. São baixas, também, a porcentagem dos que frequentam a escola. Por isso cabe-nos pensar, além de fatores como evasão escolar, como o sistema socioeducativo recebe, acompanha e reinsere os/as adolescentes em conflito com a lei. O que transparece, a partir dos dados, é que predomina a ausência de políticas de atendimento às famílias em favor de uma crescente política seletiva de imposição de medidas socioeducativas a um tipo bem específico: não-branco, de baixa renda, fora da escola, desassistidos de programas sociais.

TABELA 5. SITUAÇÃO DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO, POR ANO, EM %.

Situação	2012	2013
Evasão escolar	55,2%	69,8%
Excluídos de cursos profissionalizantes	94,8%	94,9%

Fonte: Registros da Divisão de Medidas Socioeducativas da SEMAS.

TABELA 6. RAÇA/COR DE ADOLESCENTES EM CENTROS DE INTERNAÇÃO NO ANO DE 2013.

Cor/Raça	Porcentagem
Pretos/pardos(as)	75,9%
Branco/as	22,3%
Amarelo/as	0,6%
Indígena	0,1%
Não informado	1%

Fonte: Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo, 2013
Elaboração: Necrivi.

TABELA 7. RENDA FAMILIAR DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO, POR ANO, EM %.

Salário Mínimo	2012	2013
Até 1	31,8%	23,1%
De 2 a 3	48,8%	62,5%
De 4 a 5	10,7%	12,7%
Acima de 5	8,7%	1,7%

Fonte: Registros da Divisão de Medidas Socioeducativas da SEMAS. Elaboração: Necrivi.

TABELA 8. NÚMERO DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO QUE É BENEFICIÁRIO DE PROGRAMA SOCIAL.

Programa Social	2012	2013
Bolsa Família	40	40
Benefício de Prestação Continuada	3	3
Pró Jovem	12	4
Outros	3	5
Total	58	52

Fonte: Registros da Divisão de Medidas Socioeducativas da SEMAS.

REFERÊNCIAS

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Ano 8. São Paulo, 2014.

BORGES, Doriam. CANO, Ignácio. Homicídios de Adolescentes no Brasil. IHA 2009-2010. Observatório de Favelas. Rio de Janeiro, 2012.

_____. Homicídios de Adolescentes no Brasil. IHA 2012. Observatório de Favelas. Rio de Janeiro, 2014.

MELO, L.B. CANO, Ignácio. Homicídios de Adolescentes no Brasil. IHA 2008. Observatório de Favelas. Rio de Janeiro, 2011.